

Governo pede crédito adicional

Despesas com pessoal e encargos sociais vão alcançar NCz\$ 42,7 bilhões

BRASÍLIA — O governo enviou ontem ao Congresso um projeto de lei pedindo autorização para abrir no orçamento fiscal da União um crédito adicional de NCz\$ 42,7 bilhões para o pagamento de pessoal e encargos sociais. Do total, cerca de NCz\$ 19 bilhões serão obtidos com a emissão de títulos públicos e o restante do excesso de arrecadação dos recursos ordinários do Tesouro Nacional. Essa suplementação permitirá que o governo pague as folhas de novembro e dezembro, além do 13º salário e da remuneração de um terço pelas férias anuais dos servidores públicos, além de corrigir as aposentadorias, que, agora, estão vinculadas ao salário mínimo.

O pedido para a autorização de emissão de títulos para cobrir despesas com pessoal contraria a legislação feita pelo próprio governo, durante o Plano Verão, que limitava a emissão de títulos apenas à cobertura do custo da dívida pública federal. A acelera-

ção da inflação acabou com os planos de contenção do governo.

“O processo inflacionário tem gerado necessidade de várias suplementações ao longo do exercício”, diz a exposição de motivos que acompanha o projeto de lei.

Além do efeito inflacionário sobre as dotações orçamentárias, as despesas com pessoal e encargos sociais cresceram com as numerosas revisões salariais que têm ocorrido nos últimos seis meses. Até o fim do ano os técnicos da Secretaria de Orçamento e Finanças da Seplan prevêem que outros pedidos de suplementação deverão ser enviados ao Congresso. Ocorre que muitos pedidos de recomposição e reajuste salarial das diversas categorias profissionais do setor público ainda não foram julgados pelo Justiça do Trabalho.

Dos recursos solicitados pelo governo, NCz\$ 4,9 bilhões são para cobrir um rombo potencial no Fundo de Previdência e Assistência Social do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas). Sem o dinheiro o Ministério da Previdência e Assistência Social não teria condições de pagar os benefícios previdenciários.